

Artigo:

**AS REPRESAS COMO LUGARES TURÍSTICOS: NOVAS SIGNIFICAÇÕES
E VALORIZAÇÕES DE UMA PAISAGEM SEM MEMÓRIA**

Autor:

Fernanda Beraldo Maciel Leme¹

Copy right, 2007, CULTUR. Todos os direitos, inclusive de tradução, do conteúdo publicado pertencem a Revista Cultura & Turismo. Permite-se citar parte de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), que serão informados que a aprovação dos artigos implica na cessão imediata de direitos, sem ônus para a revista, que terá exclusividade de publicá-los em primeira mão. Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistacet@hotmail.com

A revista CULTUR é um periódico científico eletrônico, idealizado no Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz. Com a missão de fomentar a produção científica e a disseminação de conhecimento multidisciplinar relacionados com Cultura e Turismo, objetivando a troca de informações, a reflexão e o debate, provendo assim o desenvolvimento social.

CULTUR – Revista de Cultura e Turismo

CULTUR, v. 01 – n. 01 – out/2007

Edição Especial – Melhores trabalhos do I CULTUR

www.uesc.br/revistas/culturaeturismo

¹ *Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialista em Ensino Superior para Turismo e Hotelaria pelo SENAC – SP. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: fermaciel@ig.com.br*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a discussão sobre a perda de lugares, as identidades forjadas nas relações com estes, a memória e história local devido à construção das grandes represas. Analisa também como a utilização das represas para o turismo e lazer gera novas formas de significação, função e valor das represas enquanto lugares. Analisa como estas atividades podem ser utilizadas para que, através da percepção dos usuários das transformações ocorridas na paisagem, estes possam evocar a memória e a história submersas e assim, refletir sobre os impactos necessários à construção das represas. A metodologia utilizada foi parte do estudo de caso sobre a percepção da paisagem da represa Jaguari-Jacareí (SP), onde foram entrevistados usuários da represa durante o primeiro trimestre de 2006.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo em represas; significação de lugares; percepção.

ABSTRACT

The present article has as objective to present the quarrel on the loss of places, the identities forged in the relations with these, the memory and local history due to construction of the great dams. It also analyzes as the use of the dams for the tourism and leisure generates new forms of meaning, function and value of the dams while places. It analyzes as these activities can be used so that, through the perception of the users of the ocured transformations in the landscape, these can evoke the submerged memory and history thus and, to reflect on the necessary impacts to the construction of the dams. The used methodology was part of the case study on the perception of the landscape of the Jaguari-Jacareí dam (SP), where they had been interviewed using of the dam during the first trimester of 2006.

KEYWORDS

Tourism in dams; memory; valuation of places; perception.

1. INTRODUÇÃO

As grandes represas promovem a solução de problemas para uma grande parcela da sociedade, como falta de energia e abastecimento. No entanto, como relata Branco e Rocha (1977), as represas também são geradoras de impactos sociais nos locais em que se inserem. A Universidade de São Paulo (USP) destacou este paradoxo em seu relatório de pesquisas de 2000, afirmando que no Brasil a construção de represas já desabrigou 1 milhão de pessoas.

As desapropriações não somente geram classes de desabrigados, mas também fluxos migratórios de populações rurais para centros urbanos. Estes fluxos são impulsionados pelas mudanças climáticas oriundas da introdução de um grande volume de água, fazendo com o cultivo de certos produtos agrícolas originários, fique impossibilitado. Desta forma, alteram-se os aspectos sócio-econômicos dos membros de uma comunidade, que passam da condição de proprietários de terras para assalariados em centros urbanos.

No entanto, soma-se às perdas materiais as perdas simbólicas, referenciais e identitárias, sofridas pelos grupos atingidos. Estas perdas ocorrem durante todo o processo de barramento dos rios que alimentarão o reservatório, que culminará em uma paisagem outra, muito diferente da original. Com o alagamento da área, a paisagem se torna lacustre, submergindo o patrimônio legado de uma identidade forjada na relação do grupo com o meio, sob forma de construções, igrejas, plantações, praças, fazendas, enfim, de elementos cotidianos que transformam o espaço em lugares para/da comunidade.

O estudo das perdas ligadas à identidade do cotidiano pelas represas constitui o foco deste trabalho. Parte-se do contexto de que as represas, como foram e são elaboradas em seus projetos, pouco se ocupam em minimizar uma transformação no meio ambiente que é também um meio social preñado de significados para uma comunidade. Assim, um passado recente é rapidamente esquecido ao ser submergido. Da mesma forma, o próprio processo de aniquilamento de lugares ao qual Amorim Filho (2005) chama de *topocídios*, é também esquecido quando não são fornecidos meios para a leitura naquela paisagem de como, quando e porquê determinada represa foi construída, os impactos que gerados para uma minoria e, assim, poder-se refletir sobre a ideologia por trás das grandes barragens.

Contudo, o artigo verifica a hipótese de que o uso das represas para o lazer poderia gerar novas formas de significação destes locais e de que, através de um turismo cultural, poderia-se

promover a valorização e resgate da memória local. A motivação para tal verificação foi a de que, a mudança na paisagem decorrida pela construção de uma grande represa também envolve alterações na estética e nas possibilidades de uso do local, como para o turismo, presente na quase totalidade das represas. Desta forma, a atividade turística, planejada ou não, apoiada ou criticada pelas implicações ambientais que provoca, é fato recorrente e a ser considerado no que se refere ao estudo de ganhos sociais nas grandes barragens.

Para elucidar essas novas formas de significação e valorização das represas através do turismo e lazer, foram realizadas entrevistas com usuários da represa Jaguari-Jacareí (SP), em amostra probabilística de 386 entrevistados. Os usuários entrevistados foram divididos em quatro categorias: moradores locais, proprietários de casa de veraneio, turistas e excursionistas, durante o primeiro trimestre de 2006.

A represa finalizada na década de 80, pertence ao Sistema Cantareira, responsável por quase 60% do abastecimento de São Paulo, e encontra-se na região de Bragança Paulista, banhando os municípios de Vargem, Bragança Paulista, Piracaia e Joanópolis. Com a represa, o perfil sócio-econômico da região foi alterado, como relata Whately (*apud* Viveiros, 2004) “os proprietários de terra receberam indenizações, e as alternativas eram comprar outras propriedades, aplicar o dinheiro no sistema financeiro ou migrar para cidades dos arredores, a fim de trabalhar como empregados domésticos, pedreiros, cozinheiros, etc...”.

O total de área inundada foi de 50 km². A respeito das alterações ocorridas no local, como relata o pesquisador regional Barletta (2000) “[...] no final dos anos 70, toda a área foi inundada, submergindo construções, culturas e, inclusive, os famosos rochedos do vale, restando apenas fotos e histórias de seus protagonistas” (p. 147-148). Ou seja, a área foi totalmente modificada pela represa, e poucos traços e antigos moradores ainda permaneceram no local.

Atualmente a represa é considerada pelas Secretarias de Turismo dos municípios do entorno como o maior atrativo turístico de que dispõe. Formando uma bela paisagem com um imenso lago que atravessa os quatro municípios, a represa atrai pessoas interessadas em um turismo náutico ou na sua simples contemplação. Entendendo-se a percepção dos visitantes em relação à represa e quais os valores entrelaçados, seria possível criar mecanismos eficientes de sensibilização dos visitantes sobre as características específicas destes locais. Para que assim, como sugere Krippendorf (2000), seus “olhos” sejam abertos sobre as conseqüências de seus atos e as responsabilidades que lhe cabem no sistema turístico.

2. IDENTIDADE E MEMÓRIA, AFETIVIDADE E RESSENTIMENTO LIGADOS À CONSTRUÇÃO DAS REPRESAS

O conceito de lugar pode ser definido como espaço dotado de função e valor. Cada sociedade e indivíduo podem estabelecer, para com o espaço vivido, uma relação que envolve funções práticas, criando lugares como de trabalho ou de descanso e, também, uma relação valorativa envolvendo questões mais subjetivas e afetivas. Nasce assim, lugares de memória, lugares queridos e, também, lugares de repulsa e ressentimento.

No caso da construção de grandes represas, como já foi apresentado, o projeto envolve a solução de problemas para uma grande parcela da sociedade como falta de energia e abastecimento. No entanto, para uma minoria, com a modificação da paisagem e inundação de extensa área, há a perda de lugares onde se vivia e que, assim, se estabeleciam relações de função e valor.

Tuan (1980) conceitualiza os sentimentos que um grupo social ou cultural podem ter em relação aos lugares. Estes sentimentos são os de *topofilia* e seu oposto, o de *topofobia*. O sentimento topofílico pode ser definido como: “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”. (*Op. Cit.*, p.5). Já o conceito de topofobia seria a aversão a certos ambientes.

O sentimento de topofilia é variável em intensidade e modo de expressão, sendo essa afetividade por um determinado ambiente, uma resposta provocada por uma apreciação estética ou por fatores mais perenes como “o local de sua origem” ou “onde encontra seu meio de vida”.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista até a sensação de beleza igualmente fugaz, mas muito intensa, que é subitamente revelado. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (*Ibd.*, p.107).

Os sentimentos topofílicos também variam de acordo com a cultura e, assim como esta, mudam ao longo do tempo. Para entender as atitudes e preferências do grupo é necessário, no entanto, conhecer a história cultural e a experiência das pessoas no contexto de seu ambiente físico. Desta forma, os que habitavam uma área antes da construção de uma represa, poderiam ter sentimentos topofílicos com o local, já após a inundação de seus *lugares*, a represa pode evocar

sentimentos topofóbicos. Isso ocorre, pois as represa são fruto de um processo histórico e cultural, que promovem para a sua própria criação, um topocídio³. Este termo, explorado por Amorim Filho (1999), define a aniquilação deliberada de lugares. Como defende, essa aniquilação decorre de uma posição ideológica e cultural frente ao ambiente que é transformado, visando moldá-lo, a fim de atender necessidade e anseios da sociedade. Assim, no caso das represas, modifica-se o local contendo o fluxo de rios, inundando lugares, mudando paisagens, mas atendendo às expectativas de quem as constroem, gerando energia ou abastecimento.

Ao analisar as modificações ocorridas em lugares de Minas Gerais devido à construção de represas, Amorim Filho (*Op.Cit.*) comenta:

[...] como nos casos menos divulgados e relativamente pouco estudados, de lugares e bens danificados ou aniquilados por águas deliberadamente represadas com a finalidade de produzir energia elétrica. Esta é uma questão polêmica, pois, embora se trate de perdas motivadas por uma causa econômica e socialmente justificável, não se elimina o fato de que, em muitos casos, ocorrem verdadeiros topocídios. Tal foi o caso de Nova Ponte, que teve parte de sua área rural e sua sede municipal inundadas pelo represamento do Alto Paraíba Mineiro [...] A população, perplexa e impotente, tomou conhecimento da inevitabilidade do desaparecimento definitivo não apenas de sua cidade, mas de lugares e paisagens carregados de suas memórias, emoções e mais caros valores. Para eles, foi uma dolorosa perda de referencial topofílico, enquanto para outros as preocupações mais imediatas eram a perda de suas casas e a necessidade de um recomeço de vida na nova sede municipal construída a três quilômetros de distância. Por um lado, uma série de dramas e tensões no nível individual e familiar, pelo outros, a perda da personalidade histórico-cultural, pois que dela faz parte sua base territorial, formada pelos lugares e paisagens valorizados (AMORIM FILHO, 1999, p. 147).

O relato de um atingido pela construção da barragem de Candonga (MG) em entrevista ao setor de comunicação do MAB, (disponível no site *Consciência*, 2005) evidencia o topocídio causado pelas represas, que leva a perda de lugares carregados de sentimentos topofílicos:

Isso foi horroroso (a construção da barragem). Quando destruíam as casas, várias pessoas passaram mal, teve uma senhora que ficou com o braço machucado por um policial, pois quando começaram a destruir a casa da mãe dela, ela ficou muito nervosa [...] Num dia destruíram tudo e no local ainda moravam 14 famílias. Agora já encheu o lago e o pessoal está com a mão na cabeça, como diz o ditado. Não sabemos o que fazer. Isso sem falar que algumas famílias que receberam casas, tem que se mudar, pois as casas já estão caindo, outras estão escoradas com ferragem e paus pra não cair. E mais, há 15 dias atrás teve uma reunião numa cidade vizinha e falaram sobre proteção ao meio ambiente. Na verdade a gente já escutava falar que não teremos mais acesso ao lago, nem para pescar.

³ Termo proposto pelo geógrafo britânico Porteous (1988), inspirado na obra de Tuan (1980).

O depoimento do atingido ilustra o mal estar da população local causado pela rápida e imposta transformação de seus *lugares*, cuja dimensão dos valores e funções depositados somente a comunidade sabe medir. Cada casa, prédio, igreja, árvore, praça e bosque inundado representa a perda de elementos de uma paisagem que lhe é semelhante, na qual o grupo se reconhece porque ali vivia. Trata-se de um patrimônio próximo que envolve memórias, identidade e afetividade cotidianas. Assim, ao continuar seu relato, o atingido pela Barragem de Candonga (MG), também descreve sobre o sofrimento de quem viu as últimas casas e a igreja local sendo destruídas pelas máquinas:

Mas quem sofreu foram as pessoas mais idosas que viram a última construção ser destruída, a igreja católica. E se não fosse chegar uma pessoa na hora, tinham destruído a igreja com todas as imagens dentro. Foi uma imensa falta de respeito, isso por volta das nove horas da noite (fonte: *site* Consciência, 2005).

Para se entender o cotidiano das pessoas é necessário estudar as seguintes dimensões de suas realidades: a condição de existência (como eu vivo?), o quadro de vida (onde eu moro?) e o modo de vida (como eu vivo?) como sugere Lamparelli (*apud* Scherer-Warren, 1993, p.86). O espaço social carregado de dimensões míticas, sagradas, de representação é na verdade, um lugar privilegiado. Para que um espaço assuma nova dimensão simbólica é preciso que haja um consenso coletivo de fundamentação, refundamentação de valores. No processo de apropriação para a construção de grandes obras, como as represas, o cotidiano das pessoas muitas vezes não tem relevância. As condições de existência, o quadro e o modo de vida que se constituem em formadores de uma identidade própria, ligada ao lugar onde se vive, são renegados ao se tirar com as desapropriações o próprio palco onde se dá essa ligação. Não há um consenso coletivo das alterações dos lugares e seus valores pela comunidade e sim, um consenso por parte de atores sociais distantes de sua realidade.

Como descreve Yázigi (2001, p.17), “as identidades de um lugar não são dadas pela história mais antiga, mas por aquela sedimentada com o processo de construção e suas relações de força”. As formas da paisagem, dos lugares, não podem ser tratadas distantes de seus conteúdos. O autor defende que a natureza (praias, rios, montanhas, florestas, campos, planícies, monumentos, bairros, quarteirões) transforma-se em imagens, caminhos e representações da alma coletiva.

A “alma” de um lugar seria o que fica de melhor dele para os que nele obtêm experiências e que, por isso, transcende o tempo. Para que essa alma prene de materialidades, práticas e representações exista, é preciso que exista um corpo, que é a paixão das gentes pelo lugar.

Mudanças na paisagem e nos lugares podem acontecer. Desde que não sejam feitas de forma brusca, acarretando que os conteúdos atribuídos a estes se percam. Maurice Halbwachs (*apud* Yázigi, 2001) preconiza que, respeitar a estabilidade dos objetos materiais da vida diária e que conferem uma imagem de permanência é respeitar o equilíbrio mental do grupo. Mas, além disso, é respeitar uma identidade forjada pela relação na qual o grupo transforma seu espaço à sua imagem e a ele se adapta, uma valorização identitária do meio natural. É o respeito às imagens espaciais que desempenha um papel fundamental na memória coletiva e na personalidade do lugar (conjunto das diversas identidades que nele se reúnem).

Aniquilados os traços da população originária e ausentada a possibilidade de leitura da história e identidade local pelos que passam pelas represas, estas se assemelham a *não-lugares*. Os lugares são fruto da ação humana, de uma forma identitária de apropriação para a vida. A identidade do cotidiano está ligada ao conhecido e reconhecido; aos lugares habitados, onde se percebem as marcas e os resíduos de outros tempos. Através dessa identidade, os moradores são capazes de reconhecer a paisagem e “ler” tudo o que nela se mostra com coerência, pois diz respeito às suas vidas, aos sentidos por eles atribuídos por práticas sociais advindas de uma acumulação cultural que se inscreve no espaço. O não-lugar seria então, não somente a negação do lugar, mas também, um produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, onde se produzem novos comportamentos e modos de apropriação dos lugares (Carlos, 2002). Assim a aproximação das represas a exemplos de não-lugares é justificada, pois estas possuem características como negação da identidade, da história e das formas de apropriação originárias que caracterizam os chamados não-lugares, onde o sentido do lugar é perdido, transformando-se em espaços vazios e de ausência identitária.

Nenhuma indenização ou remanejamento reconstituirá o cotidiano da população atingida. Novas relações se estabelecerão no novo lugar a migrar e as lembranças de outrora virarão memórias, pois passarão a ser um mecanismo de se recontar lembranças do que não se vive mais no cotidiano, por isso ser memórias. Dentre os sentimentos latentes, esse cenário é propício para que a exclusão e a expropriação causada dentro de um regime democrático venha a criar o sentimento de topofobia para com as represas e, também, de ressentimento nos grupos atingidos. As vertentes do

ressentimento, segundo Merton (*apud* Ansart, 2001, p.18), são três: o primeiro compõe-se de sentimentos difusos de ódio, de inveja e de hostilidade; o segundo é a sensação de ser impotente para exprimir de forma ativa estes sentimentos; o terceiro é a experiência continuamente renovada de impotente hostilidade. Já que desapropriações legitimadas pelo bem estar da maioria dos cidadãos, implica em perdas para um grupo minoritário, os sentimentos de impotência e de hostilidade surgem e, com eles, o ressentimento fruto de uma experiência negativa para com os poderes que deveriam lhe assegurar a proteção de seu espaço físico e social através do regime democrático.

O regime democrático favorece ou desfavorece a formação de ressentimentos? Pode ele significar, de alguma forma, uma terapia contra o ressentimento? Formulando estas questões, retomamos, de um ponto de vista renovado, uma antiga interrogação: a de Platão, que examinava quais eram as suscitadas pelas diferentes constituições da Grécia; a de Aléxis de Toqueville, que pesquisava quais as “paixões gerais e dominantes” da aristocracia e as opunha às paixões da democracia (ANSART, 2001, p. 23).

Por outro lado, o mesmo regime democrático abre possibilidades, através dos movimentos sociais, para expressões de hostilidade, transformação dos sentimentos em reivindicações racionalizadas e abrandamento destes pela tomada de consciência das oposições de interesses. A eficácia da democracia consistiria assim em permitir romper os sentimentos de impotência, arrancando os indivíduos de suas rumações rancorosas, fazendo deles seres responsáveis por si próprios e membros ativos de uma sociedade participativa.

Assim, a perda do lugar onde se construía uma identidade, pode ser revertida em uma nova estruturação identitária a partir do momento em que o grupo tem a consciência dos efeitos negativos das grandes obras sobre suas vidas. Essa identidade coletiva é forjada pelo sentimento de que se foi vítima do progresso, de que se foi esquecido pelas leis que deveriam dar a proteção necessária, de que se é uma minoria com problemas, história e perspectivas em comum. A identidade de atingido se contrapõem ao discurso do “progresso” e dos “benefícios”. Passa-se então para o discurso da “desgraça” sobre suas vidas. Trata-se de uma identidade que se constrói em face do sentimento relativo a uma situação de expropriação, mas que se define também enquanto bandeiras da luta por direitos.

A solidariedade coletiva estabelecida também contribui, neste processo de reprodução grupal, para o estabelecimento de um novo projeto de vida e reestruturação de seu espaço cotidiano. Scherer-Warren (1993, p. 93) defende que, mesmo marcados pela conjuntura, os movimentos de

atingidos por grandes projetos têm recuperado de forma coletiva a memória de suas perdas e de suas conquistas, contribuindo para a luta dos setores pela cidadania. Tem-se um novo trato com as memórias², que podem atuar como advertência e rememoração de derrotas nas quais a imagem dos vencidos assume a frente de cenários em ruínas, mas que também encontram lugar na afirmação positiva do direito à cidadania por pessoas que, pela condição social, deveriam se recolher a um não-lugar, ou que, por circunstâncias ocasionais da vida privada, vêm-lhe recusado o lugar privado da cidadania. Como descreve Nora (1993, p.7)

Memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Em casos onde a memória fica restrita a lembranças distantes do passado, esta necessitará de arquivos, museus, inventários e toda forma material necessária para que essas memórias sejam evocadas. Se por outro lado, a memória for vivida no presente, ao se ter a consciência não somente do passado, mas do futuro que se pode ter, através dos movimentos sociais, esta não necessitará mais de materialidades para ser evocada, será vivida sob uma nova perspectiva cotidiana. O elo entre passado, presente e futuro estará no bojo de um novo trato para com a identidade e memória do grupo, sob uma perspectiva de mudança e melhoria social.

3. DO TOPOCÍDIO À VALORIZAÇÃO PARA O TURISMO: NOVAS FORMAS DE [RE]SIGNIFICAÇÃO DOS LUGARES

Com introdução de um grande volume de água para a construção de uma represa é alterado não somente o clima, a vegetação, a ocupação da área, mas também a estética e as possibilidades de uso do local, como para a pesca e prática de esportes náuticos. Este fato acaba por gerar uma nova perspectiva sobre o território, a de sua apropriação para o lazer e turismo, moldando também novos lugares.

As novas perspectivas do turismo sobre as represas corroboram com a afirmativa de Tuan (1980) de que, a medida em que a sociedade e a cultura mudam com o tempo, podem mudar

² Outros exemplos dos usos da memória desta direção em: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) Memória e (re)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

também a atitude para com certo meio ambiente e até inverter-se. Prova disso, é que o mesmo lugar que envolve topofobias e topocídios, formado por uma represa, é valorizado pelo turismo, transformando-a em lugar turístico. Como afirma Luchiari (2001), os lugares turísticos não existem *a priori*, estes não existem em si, mas se tornam turísticos ao serem valorizadas pela cultura vigente e dotados dessa função.

O lazer e turismo são exercidos nas represas geralmente por quatro diferentes categorias de usuários: moradores locais, turistas e excursionistas. A respeito dos tipos de fluxos turísticos possíveis em um local, Beni (*apud* Aucilino 2001) os definem de forma mais esclarecedora como: *fluxo turístico itinerante* (turistas que ficam, em média, seis horas nos núcleos receptores e que não ultrapassam mais de 12 horas de permanência), *o fluxo turístico de estada* (turistas que permanecem mais de 24 horas no local e que por isso pernoitam) e *fluxo turístico sedentário – residencial* (turistas que se deslocam por tempo indeterminado, com afluência razoavelmente uniforme e sem renovação da demanda ou diversificação da oferta).

Os fluxos turísticos observados nas represas se direcionam muitas vezes para a prática do chamado *turismo náutico* nestes locais. O turismo náutico é a atividade turística cuja motivação de lazer está associada ao litoral, rios, lagos e lagoas, incluindo os esportes náuticos praticados tanto em grandes navios como em pequenas embarcações de recreio. “O lazer náutico não é só praticado nas águas do mar, mas em igual intensidade nas águas interiores: rios, lagos e represas” (Hedlicka 2005, p. 374). As atividades específicas do turismo náutico podem ser enumeradas em: caiaque, esqui aquático, mergulho, vela, aqua-rider, bóia-cross, rafting, body boarding, outrigger, canoa havaiana, canoa, windsurf, pesca, morey-buggie. Assim, turistas que vêem a possibilidade de praticar atividades ligadas ao universo náutico, constituem a demanda do turismo nas represas.

O turismo náutico é muito difundido em diversas partes do mundo e no Brasil vem crescendo. Hedlicka (2005) comentando sobre o turismo náutico americano, afirma que este movimentou em 1997, US 19,3 bilhões, por intermédio de 13 mil revendedores. O lazer náutico nos Estados Unidos é de 1 barco para cada 20 habitantes. Teve seu maior crescimento a partir dos anos 70. Neste tipo de turismo, as marinas são uma estrutura que gera novas oportunidades de investimento. Estas estruturas não somente se ocupam em atracar e abrigar embarcações; atualmente também prestam serviços que vão desde restaurantes e vestiários até heliportos.

Mesmo havendo grande número de marinas e pousadas prontas a receberem turistas, as represas também possuem outro tipo de visitante de destaque: os proprietários de casa de veraneio.

No estado de São Paulo, a aquisição de uma casa em regiões de represas “valorizou-se de maneira espetacular, sendo extremamente elevados os preços das casas de campo e difícil aquisição dos terrenos resultantes de loteamentos ali feitos” (Penteado, *apud* Tulik, 2000).

Não somente turistas, excursionistas e proprietários de casa de veraneio constituem o universo dos usuários das represas para o lazer. A população local também faz destes espaços locais de passeios em fins-de-semana, principalmente em cidades distantes do litoral. O novo uso da represa para o lazer também pela população local, é uma possibilidade de que esta possa se (re)apropriar do espaço, de (re)significá-lo sob nova perspectiva. Já a visitação da represa por turistas, excursionistas e proprietários de casa de veraneio poderia ser uma possibilidade de informação, reflexão e valorização dos aspectos positivos e negativos que envolveram a construção do reservatório. Neste sentido, o turismo desenvolvido estaria dentro de premissas da sustentabilidade e responsabilidade, esperadas da atividade atualmente.

O turismo sustentável, como afirma Dias (2003), envolve, dentre suas vertentes, a sustentabilidade cultural. Esta vertente trata da valorização da singularidade cultural local, abarcando aspectos como a história e memória, dentre outros. Logo, ao se inserir no planejamento turístico em represas não somente políticas visando um turismo náutico, mas também um turismo informativo sobre a história local, promove-se a possibilidade de que os visitantes não somente valorizem a represa pelas possibilidades de lazer e turismo, mas também sejam conscientes das significações atribuídas ao local antes de sua transformação. A própria dinâmica de criação e recriação da paisagem pelo homem ao ser percebida pelos visitantes faz com que este possa se inserir como co-autor nas apropriações do espaço e assim, na criação de grupos minoritários. E é aí que o turismo cultural desenvolvido nas represas se encaixaria nas premissas do turismo responsável preconizado pela WWF (2003).

O turismo responsável, de visão mais holística que o turismo sustentável prevê, como uma de suas metas, o papel do turismo dentro de um sistema maior no qual está inserido e, assim, discute também como este pode contribuir para melhorar ou piorar dilemas da sociedade que interessam a todos. Proporcionando ao visitante mecanismos para que possa perceber as implicações sociais sofridas para a construção do reservatório, o turismo estimularia a reflexão sobre seu papel na construção destas. Pois, se há a construção de grandes barragens por um grupo dominante, este e suas práticas são legítima

4. O TURISMO NA REPRESA JAGUARI-JACAREÍ (SP): PERCEPÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE SUA PAISAGEM E SUAS NOVAS SIGNIFICAÇÕES PELOS SEUS USUÁRIOS

A primeira série de perguntas feitas aos usuários da represa Jaguari-Jacareí estava relacionada à memória do lugar, ao conhecimento da dimensão da represa e do destino de sua água. O objetivo foi o de constatar a percepção dos usuários acerca desses aspectos e, assim, se chegar a dados que explicassem a posição adotada pelos usuários frente àquela paisagem.

A primeira pergunta da série foi relativa à percepção sobre a função da represa. Essa, como as demais perguntas, foi feita a todas as categorias de entrevistados, sendo analisada sem distinção de categorias. Posteriormente, foram comparadas as diversas percepções entre as categorias.

Um dos resultados obtidos foi o de que, a maior parte dos usuários não sabe o motivo da construção da represa. Dos 386 entrevistados, 62% responderam “não” à pergunta – Você sabe por que a represa foi construída? , como explanado na Figura 1:

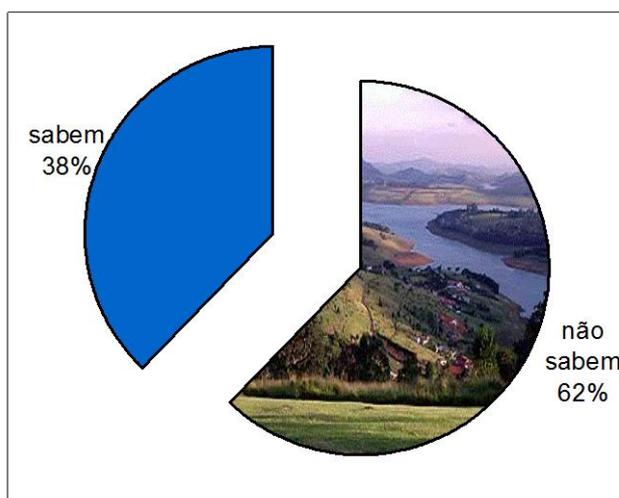


Figura 1: Porcentagem dos entrevistados no geral que tem conhecimento da razão da construção da represa.

Comparado-se as diversas categorias, os resultados apontam que os proprietários de casa de veraneio são os que mais sabem o motivo da construção da represa, 57% destes. Em seguida, a segunda categoria que mais afirmou ter conhecimento sobre a construção da represa foi a dos

turistas, 38%, em terceiro lugar a dos moradores, 36%. A categoria que menos possui conhecimento sobre o motivo da construção da represa foi a dos excursionistas, 30% dos entrevistados. Das categorias de entrevistados houve aproximadamente, em cada uma delas, uma discrepância de 2% dos que afirmaram saber o motivo da construção da represa e dos que responderam corretamente o motivo, ou seja, que foi construída para o abastecimento. Assim, por categoria, alguns entrevistados julgaram saber o motivo da construção, mas na realidade estavam equivocados, afirmando ter sido para geração de energia, lazer ou criação de peixe. Ver Figura 2:

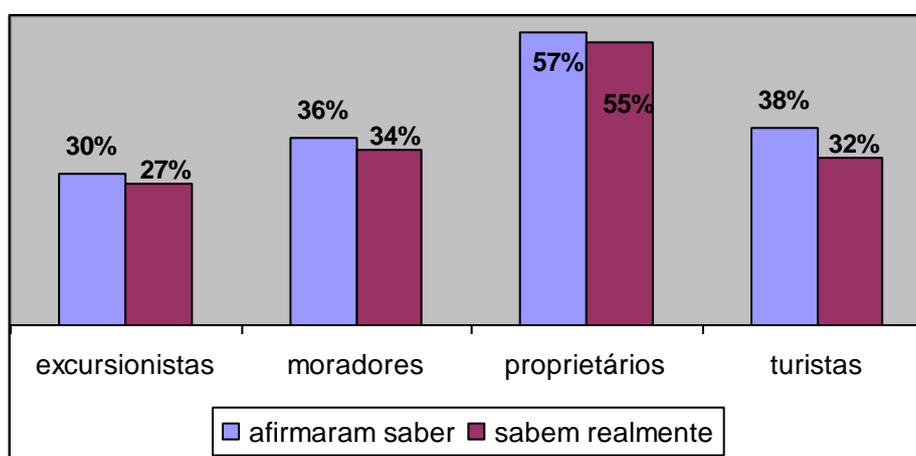


Figura 2 Comparativo entre os entrevistados que afirmam saber por que a represa foi construída e índice dos que responderam corretamente o por quê da construção da represa nas diversas categorias de entrevistados.

A segunda pergunta da série foi correspondente ao conhecimento dos usuários em relação aos municípios que tiveram áreas inundadas, ou seja, Vargem, Bragança Paulista, Piracaia e Joanópolis. Assim, pode-se constatar o conhecimento sobre a história do local e também a percepção sobre a dimensão da represa. O resultado obtido pela pesquisa foi o de que a grande maioria dos usuários desconhece quais municípios tiveram áreas inundadas, ou seja, quais municípios foram atingidos.

Os turistas constituem a categoria de usuários que menos possui um real conhecimento, com 84% dos usuários afirmando não saber quais municípios foram atingidos. Um dos dados mais interessantes levantados pela pesquisa foi o de que, os moradores são a segunda categoria de usuários que menos sabe sobre quais municípios foram atingidos, 79% dos entrevistados. Em seqüência, têm-se os excursionistas, onde 77% dos entrevistados não sabem quais municípios foram

atingidos. Igualmente, dos proprietários de casa de veraneio, 77% também não sabem quais os municípios, como demonstrado na Figura 3.

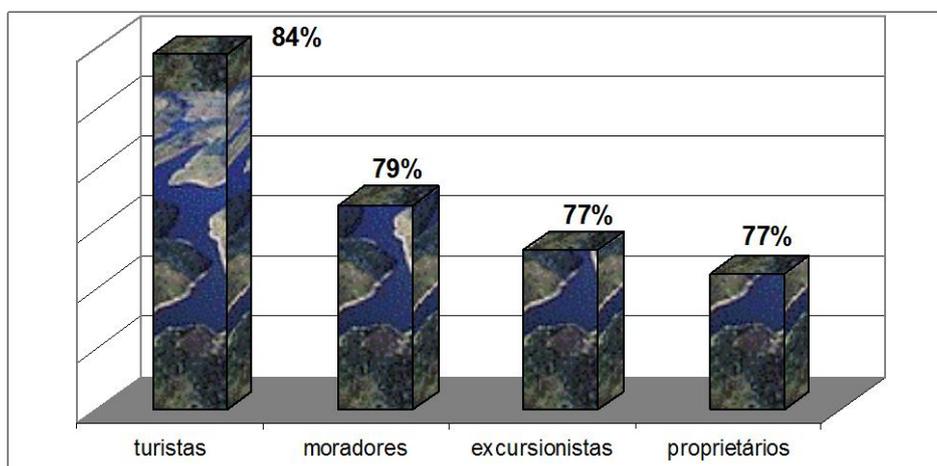


Figura 3: Comparação entre as categorias de entrevistados demonstrando a porcentagem dos que afirmaram não ter conhecimento dos municípios que tiveram áreas inundadas pela represa.

A discrepância entre afirmar saber e realmente saber foi considerável. Os excursionistas foram os que tiveram o maior índice, pois, dos 23% que afirmaram saber quais municípios foram atingidos, somente 1% os citaram corretamente. Os turistas constituíram a categoria onde a discrepância foi menor, dos 16% que afirmaram saber quais municípios, 9% os acertaram. Ver Figura 4:

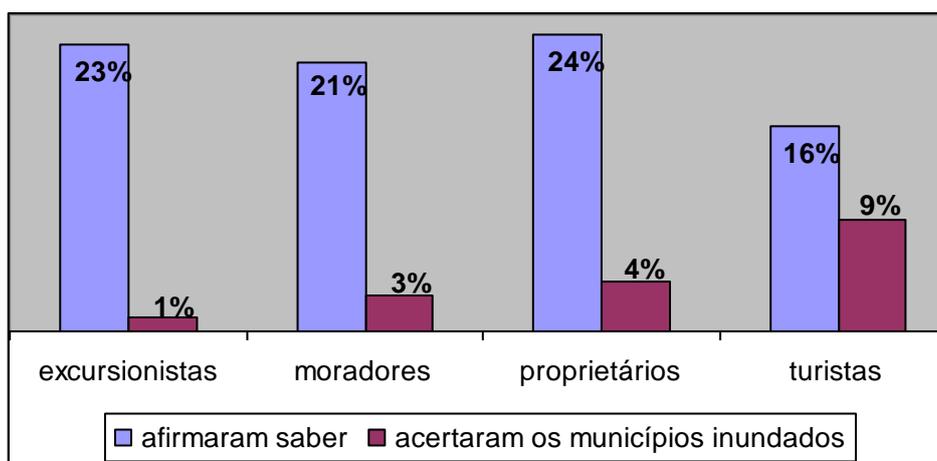


Figura 4: Comparativo entre os entrevistados que afirmaram saber quais municípios que tiveram áreas inundadas e os que acertaram quais os municípios, nas diversas categorias de entrevistados.

Foi perguntado aos usuários se, na percepção destes, a água da represa abastece algum município. O resultado obtido foi o de que 8% não sabem, 31% acreditam que não e 61% afirmando que abastece, como explanado na Figura 5. Assim, 39% dos usuários entrevistados frequentam a represa sem perceber que sua água tem como finalidade o abastecimento.

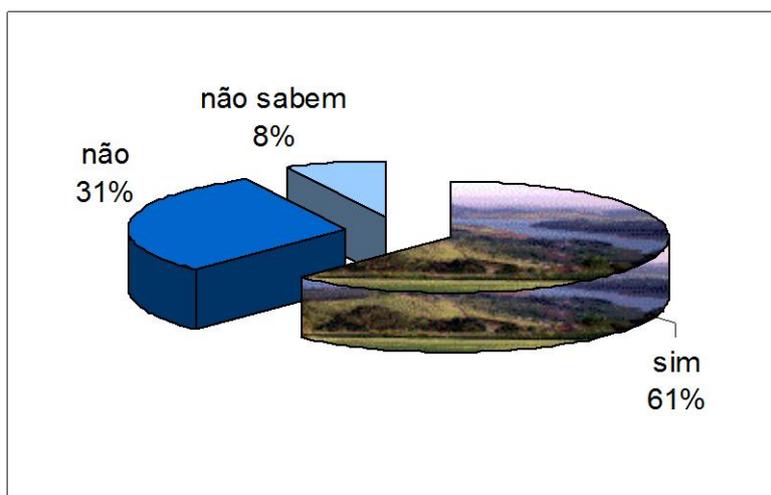


Figura 5: Porcentagem dos entrevistados que responderam que a água da represa abastece algum município.

Novamente houve discrepância entre os que afirmaram saber quais os municípios a água abastece e quais os sabiam corretamente. A categoria dos moradores foi a que mais apresentou essa discrepância, assim, dos 69% que afirmaram que a represa abastece algum município, apenas 28% acertaram os municípios abastecidos, ou seja, responderam que são os municípios da grande São Paulo. A discrepância foi menor na categoria dos proprietários, onde dos 61% de entrevistados que afirmaram acreditar que a água abastece algum município, 45% os responderam corretamente (ver Figura 6).

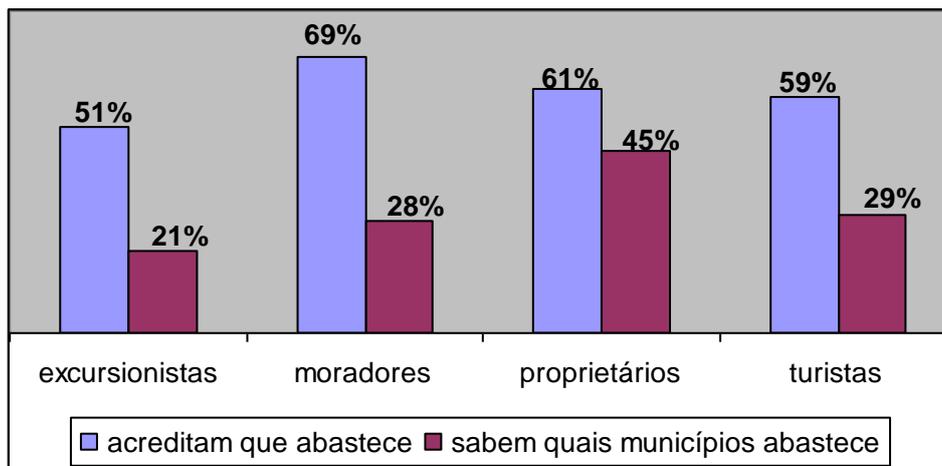


Figura 6: Comparação entre os que afirmaram acreditar que a represa abastece algum município e os que responderam corretamente quais os municípios abastecidos.

Os dados demonstram que, em relação à percepção histórica e funcional da represa, os usuários possuem pouco conhecimento real sobre estas dimensões da paisagem. As respostas dadas indicam que os impactos causados no local pela construção da represa não são passíveis de serem percebidos pela observação dos usuários. A grande maioria não sabe quais municípios tiveram áreas inundadas para a construção desta. Este dado também indica que a percepção destes sobre aquela paisagem não capta quais os municípios a represa abrange. Poucos entrevistados que afirmaram saber quais foram municípios atingidos, um número bastante reduzido sabe realmente os municípios corretos.

Corroborando com estas informações, tem-se que mais da metade dos usuários entrevistados freqüentam a represa para o lazer e turismo sem saber qual foi a finalidade de sua construção, a de abastecer a Grande São Paulo e capital. Sendo assim, parte dos entrevistados também acredita que a água da represa não é destinada ao abastecimento. Mesmo quando os entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre a finalidade da água da represa, quando indagados sobre quais municípios são abastecidos, quase metade não soube responder corretamente.

Os dados obtidos afirmam a hipótese de que as represas são paisagens portadoras de história que, apesar de latente, não é facilmente percebida por aqueles que, visualizando-as por de cima de suas águas, não evocam o passado submerso. Com a desinformação sobre a história e memória da represa pelos que a utilizam para a recreação, o turismo e o lazer, se tornam um instrumento de reprodução do “apagamento” da história local impulsionado pela forma em que as represas são construídas. Ficou clara a impossibilidade do turismo e lazer, desenvolvidos

atualmente, serem caminhos para que, no local, os visitantes possam refletir sobre os impactos decorrentes das grandes represas.

O “apagamento” da memória da represa, afirmado com as entrevistas, remete também à potencialidade de se conceitualizar esta como um “*não-lugar*”. Estes são caracterizados, de acordo com o referencial teórico, como lugares de frágil afirmação de memória e identidade. No entanto, quando indagado aos entrevistados sobre os valores afetivos que possuem em relação à represa, descobriu-se que é atribuído a esta, através da vivência destes no local para lazer e turismo, vínculos afetivos e funcionais específicos entre os usuários e aquela paisagem.

A primeira pergunta relacionada à afetividade dos usuários para com o lugar tentou identificar a frequência com que visitavam a represa e o tempo que permaneciam. Os resultado obtido foi o de que a maioria dos turistas, proprietários de casa de veraneio e moradores a visitam mensalmente (ver Quadro 1). Já a maior parte dos excursionistas entrevistados estava visitando a represa pela primeira vez. O tempo de permanência de turistas e moradores é, segundo também a maior parte dos entrevistados dessas categorias, de 2 dias. Moradores e excursionistas permanecem, segundo a moda estatística de frequência, de 4 a 8 horas na represa, cada vez que a visitam, como explanado no Quadro 1:

Quadro 1: Frequência e permanência modal à represa, por categoria social pesquisada.

Categoria de entrevistado	Moda de frequência	Moda do tempo de permanência
Turistas	mensalmente	2 dias
Excursionistas	primeira vez	de 4 a 8 horas
Proprietários de casa de veraneio	mensalmente	2 dias
Moradores	mensalmente	de 4 a 8 horas

A segunda pergunta da série referente aos valores afetivos atribuídos à represa teve como objetivo identificar a passagem da represa de *espaço* a *lugar*, constatando os significados e funções atribuídos a ela pelos usuários. Foi assim indagado – Para você a represa é um lugar de... Teve-se que, para os 386 usuários entrevistados, a represa atualmente representa um lugar:

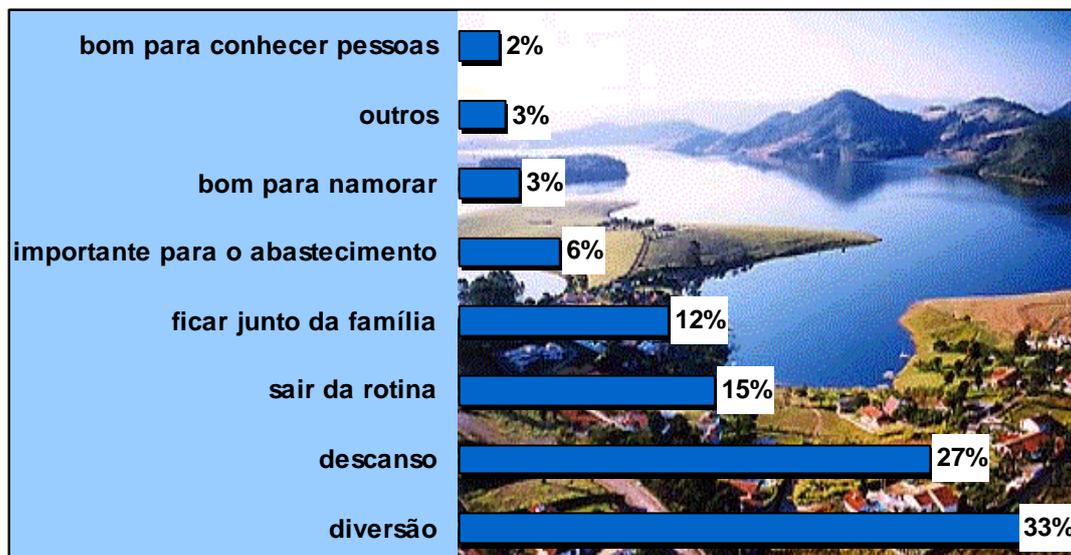


Figura 7: Porcentagem das respostas dadas pelos entrevistados no geral em relação à pergunta - Para você, a represa é um lugar de...

Como demonstrado na Figura 7, 33% dos usuários disseram que a represa representa para eles um lugar de diversão, em seguida, 27% dos entrevistados disseram que a represa representa um lugar de descanso. Essas são as duas classificações que mais apareceram na pesquisa. A represa é tida como lugar para se sair da rotina por 15% dos entrevistados, seguido de 12% que a tem como um lugar para ficar junto da família. Os entrevistados que tem a represa primeiramente como um lugar importante para o abastecimento, representaram 6% dos entrevistados. Os que a tem como um lugar bom para namorar, somaram 3% dos entrevistados; 2% como um lugar bom para conhecer pessoas, os que atribuem ao local outro significado e função somaram 2%.

A vivência, experiência e afetividade para com a represa, são constatadas primeiramente pelos dados referentes à frequência dos usuários no local. A frequência com que turistas, moradores e proprietários de casa de veraneio vão à represa é mensal, apenas para a maioria dos excursionistas era a primeira vez que iam à represa. Devido à vivência e experiência adquiridas com o local por sucessivas visitas, grande parte dos entrevistados a consideraram como um *lugar*, seja de lazer, bom para diversão, descanso, sair da rotina ou bom para ficar com a família. Apenas 6% dos entrevistados quando questionados sobre “a represa para você, é um lugar de...” se remeteram a: “é um lugar importante para o abastecimento”.

A paisagem passa de *espaço* a *lugar* com essa prerrogativa. O que se observa não é a total isenção de sentidos vinculados ao local, nem de afetividades, como é preconizado na definição do

que vem a ser um “não-lugar”. Apesar das identidades, afetividades e funções originárias terem sido desvinculadas daquele espaço pela construção da represa, imediatamente esta, enquanto lugar, é (re)significada pelos agentes que se apropriam do local para a captação de água e, como no caso estudado, para o lazer e turismo. Esta (re)significação, no entanto, da represa como lugar de lazer, desloca para as “sombras” as outras significações e funções atribuídas em outros tempos para outras gentes, assim como as valorizações e funções atribuídas atualmente pelos que captam suas águas para o abastecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, concluiu-se que o turismo como ferramenta para a reflexão da história e memória local, necessita de mecanismos para que os usuários tenham essa perspectiva. Nas represas o patrimônio material fica submerso e por isso não são passíveis de observação; os municípios atingidos, como no caso apresentado, também não são perceptíveis através da simples observação devido à grande dimensão do local. A função a que foi destinada também pode ficar imperceptível para quem utiliza a represa para o lazer, assim como as alterações na paisagem, já descaracterizadas.

O planejamento turístico nas represas deve envolver assim placas informativas, locais abertos a visita que demonstrem como era o local anterior a represa, as atividades exercidas, os lugares que se perderam, para que assim o turismo também seja uma ferramenta de sensibilização e reflexão sobre as controvérsias que envolvem as grandes represas. O turismo também deve estar aliado a movimentos sociais ligados aos atingidos por barragens pois, com a possibilidade de nele se (re)contar a história por outros ângulos de leitura, os grupos poderiam transformar as memórias em história presente, representando novas identidades: de luta minoritária.

Caso estes aspectos não sejam contemplados no planejamento, o turismo reforçará as represas como lugares sem memória e identidade, já que os novos significados e funções atribuídos ao local através do turismo, apesar de criarem novas afetividades e valorizações para com as represas, podem também reforçar o “deslocamento” abrupto do passado daquela paisagem para o esquecimento.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. org. **Memória e (re)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- BARLETTA, A. **Conhecendo a região bragantina**. Editora da Universidade São Francisco: Bragança Paulista, 2000.
- BRANCO, S., ROCHA, A.A. **Poluição, proteção e usos múltiplos de represas**. CESTESB: São Carlos, 1977.
- CARLOS, F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: **Turismo, paisagem e cultura**. Org: Yázigi, E. São Paulo: Hucitec, 2002.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- HEDLICKA, H. Panorama do turismo náutico de lazer. In: TRIGO, L. G. org. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.
- LUCHIARI, M.T.D.P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, L. R. e ROSENDAHL, Z. orgs. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- TUAN, Y. **Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- TULIK, H. **Turismo e meios de hospedagem – casas de temporada**. Roca: São Paulo, 2001.
- VIVEIROS, M. **Folha de São Paulo**. *Cantareira tem 50% de sua área degradada*. Caderno de Campinas, 22 de março de 2004, p. C3.
- WWF – BRASIL. **Sociedade e ecoturismo. Na trilha do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003.
- YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

Recebido: Janeiro de 2007

Avaliado: Fevereiro e Março de 2007

Aprovado: Indicado como um dos melhores trabalhos do I CULTUR - Março de 2007